



Escola de Administração Fazendária



SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL - STN

Gabarito

Concurso Público 2008

1

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Prova 1 Conhecimentos Gerais

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Aquele que conhece os outros é sábio, aquele que conhece a si próprio é iluminado”.
(Lao-Tsé)
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Assinale a opção incorreta quanto aos sentidos veiculados no trecho abaixo.

Ser cidadão é entrar em um nó de relações. É simples: ao pedir nota fiscal, evita-se a sonegação e aumenta-se a arrecadação pública que, em tese, permite ao governo investir em rodovias, hospitais, escolas, segurança etc. Quando se recusa a propina ao guarda, moraliza-se o aparato policial.

Cidadania supõe consciência de responsabilidade cívica. Nada mais anticidadania do que essa lógica de que não vale a pena chover no molhado. Vale. Experimente recorrer à defesa do consumidor, escrever para jornais e autoridades. Querem os políticos corruptos que passemos a eles cheque em branco para continuar a tratar a coisa pública como negócio privado. E fazemos isso ao torcer o nariz para a política, com aquela cara de nojo.

(Frei Betto, "Educar para a cidadania", *Caros Amigos*, maio 2008)

- a) O autor emprega a expressão metafórica "chover no molhado" no sentido de "duplicar o esforço" para se conseguir algo.
- b) Seguindo as idéias do autor, constitui atitude cidadã reivindicar dos políticos em quem votamos o cumprimento de suas promessas de campanha.
- c) A expressão "entrar em um nó de relações", no contexto em que aparece, refere-se ao desencadeamento das diversas ações que provoca um simples pedido de nota fiscal.
- d) Segundo as idéias do texto, passar um "cheque em branco" aos políticos corruptos é não agir com responsabilidade cívica.
- e) Na lógica do autor, não saber o nome do político em quem se votou nas últimas eleições é uma atitude anticidadã.

2 - Em artigo publicado no *Correio Braziliense* (20/9/2008), Emir Sader refuta a pregação de campanha de um candidato a vereador no Rio de Janeiro, o qual defende que "o IPTU arrecadado em seu bairro tem que ser aplicado no seu bairro". Reconhecendo que o sistema tributário brasileiro comete injustiças ao isentar dos ricos e cobrar da imensa massa da população que vive do trabalho, Emir Sader afirma ser "*fundamental combater o egoísmo tributário – este sim, populista, demagógico – de tantas campanhas eleitorais.*"

Aponte a asserção que não serve de argumento favorável nem de sustentação à crítica e às ponderações de Emir Sader.

- a) O tema tributário – quem paga, quem recebe, de quem o Estado arrecada, a quem deve beneficiar – tem profundo viés de classe: nem sempre os recursos são direcionados para as políticas públicas que beneficiam os mais necessitados.

- b) Pouco importam ao candidato populista e demagógico as necessidades do conjunto da cidade, mesmo sabendo que a cidade tem subúrbios, favelas e bairros da periferia, onde vive majoritariamente a população hipossuficiente.
- c) A questão tributária se presta à exploração demagógica do egoísmo. Sai na frente o candidato que prega menos impostos, não importando se podem faltar professores nas escolas públicas ou médicos nos hospitais públicos.
- d) Pregar que cada bairro utilize os recursos no próprio bairro significa que os ricos financiarão os ricos; e os pobres, que constituem a grande maioria da população, terão de se arranjar com o pouco que seus bairros arrecadarem.
- e) Devido ao montante de suas dívidas para com o Estado, devem merecer o benefício da isenção e de outras formas de não pagamento de impostos os bancos, as grandes empresas e os ricos.

3 - Assinale a asserção correta em relação aos sentidos e expressões lingüísticas do trecho.

Derrotada sistematicamente nos tribunais superiores, a Advocacia-Geral da União (AGU) resolveu editar um pacote com oito súmulas, reconhecendo direitos dos servidores públicos federais. O gesto põe fim a pendências jurídicas que se arrastavam havia décadas e serve de alento para quem ainda busca reaver ou manter benefícios funcionais. Com as súmulas, os advogados públicos ficam automaticamente desobrigados a contestar decisões desfavoráveis. (...) Esclarece a AGU: "O servidor sabia que se entrasse na Justiça ganharia, mas a União, por dever, mesmo sabendo que perderia, tinha de recorrer. As oito medidas acabam com isso." Entre as súmulas está a que reconhece o direito de pagamento do auxílio-alimentação retroativo ao servidor em férias ou licença entre outubro de 1996 e dezembro de 2001.

(Luciano Pires, *Correio Braziliense*, 20/09/2008, p. 23, com adaptações)

- a) O particípio "Derrotada" (ℓ.1) e o gerúndio "reconhecendo" (ℓ.3) constam no texto com sujeito oculto.
- b) No lugar do sintagma "O gesto" (ℓ.4) poderia ser empregado, sem prejuízo da coerência textual, qualquer dos sintagmas **Este ato, Tal medida, O feito**.
- c) O segmento "que se arrastavam havia décadas" (ℓ.5) é resumido, sem incorreção gramatical, da seguinte maneira: **de haviam décadas**.
- d) Reescreve-se, mantendo-se a correção gramatical e a coerência textual, o período "para quem ainda busca reaver ou manter benefícios funcionais." (ℓ.6 e 7) do seguinte modo: **para que se reavenham ou mantenham benefícios funcionais**.
- e) Substitui-se, com correção gramatical e sem alteração de sentido, o segmento "ficam automaticamente desobrigados a contestar decisões desfavoráveis" (ℓ. 8 e 9) por: **não ficam automaticamente obrigados a ratificar decisões favoráveis**.

- 4- Analise as quatro asserções sobre aspectos lingüísticos do trecho abaixo e assinale, a seguir, a opção correta.

Em matéria concernente a responsabilização de sócios e gestores pelas dívidas tributárias da pessoa jurídica, os tribunais vêm se posicionando assim: sejam as dívidas estritamente fiscais, sejam previdenciárias, se as empresas não tiverem como pagá-las, os sócios e gestores só respondem por tal pagamento caso tenham agido de modo afrontoso aos estatutos, ao contrato social ou cometido ato de fraude ou sonegação, ou se, em última instância, diligenciaram a liquidação irregular da empresa.

Para se prevenirem, os credores públicos devem correr para cobrar as dívidas enquanto há solvabilidade social, ao invés de incomodarem sócios e gerentes que não praticaram atos fraudulentos com execuções indevidas e constrangedoras, as quais, nessa circunstância, e frente a determinação contundente do Judiciário, se continuam, podem dar margem a indenizações por dano moral.

(João Luiz Coelho da Rocha, *Direito&Justiça, Correio Brasileiro*, 29/9/2008, com adaptações)

- I. Falta o acento indicador de crase em: “concernente a”(ℓ.1); “frente a determinação”(ℓ.16) e “margem a indenizações”(ℓ.17).
- II. Os verbos “diligenciaram”(ℓ.9) e “se prevenirem”(ℓ.11) possuem o mesmo sujeito gramatical, que é: **sócios e gestores**.
- III. As palavras sublinhadas em “se as empresas”(ℓ.4 e 5); “caso tenham agido”(ℓ.6 e 7) e “se continuam”(ℓ.16 e 17) expressam idéia de condição.
- IV. Os pronomes relativos “que”(ℓ.13) e “quais”(ℓ.15) assumem os respectivos antecedentes como sujeito gramatical da oração que iniciam, respectivamente: **sócios e gerentes** (ℓ.13) e **execuções indevidas e constrangedoras** (ℓ.14 e 15).

- a) Todas as asserções estão corretas.
- b) Estão corretas as asserções I, II e III.
- c) Estão corretas as asserções I, II e IV.
- d) Estão corretas apenas as asserções III e IV.
- e) Está correta apenas a asserção IV.

- 5 - De acordo com o texto, assinale a opção correta.

Valor: O sr. espera uma piora da crise financeira global?

Fernando Cardim: O que estamos assistindo agora no mercado financeiro dos EUA é altamente preocupante.

- 5 Em menos de duas semanas, após o governo Bush injetar US\$ 200 bilhões nas duas casas hipotecárias, quebra o Lehman Brothers, quarto maior banco de investimento local, e é vendido, preventivamente, em apenas dois dias, o Merrill Lynch, banco de investimento independente. E a maior seguradora do mundo, a AIG, está ameaçada. Isso abre uma frente nova na crise. As seguradoras são grandes fornecedoras de CDS para os bancos comerciais. O CDS é um derivativo de crédito que serve como seguro. Quando os bancos
- 10 fazem empréstimos e os tomadores não pagam eles recorrem às seguradoras para recuperar os valores dos empréstimos. Uma quebra de uma seguradora pode significar que a segurança do sistema bancário está sem proteção, os bancos estão nus.

(*Valor Econômico*, 18/09/2008)

- a) A expressão “estamos assistindo”(ℓ.3) indica que o entrevistado fala em nome exclusivamente dos representantes do Governo.
- b) As vírgulas após “Brothers”(ℓ.7) e após “local”(ℓ.8) justificam-se por isolar aposto explicativo.
- c) O pronome “eles”(ℓ.15) é elemento coesivo que se refere ao antecedente “tomadores”.
- d) O sinal indicativo de crase em “às seguradoras”(ℓ.16) justifica-se pela regência de “fazem”(ℓ.15) e pela presença de artigo definido feminino plural.
- e) A expressão “estão nus”(ℓ.19) está sendo empregada em sentido denotativo ou literal.

6 - Com base no texto, assinale a opção incorreta.

Ao lado de características inéditas, a crise cevada no mercado imobiliário e financeiro americano, com reverberações mundiais, apresenta aspectos também verificados em outras situações de nervosismo global.

5 Não há medida mágica e salvadora que faça cotações se estabilizarem e o investidor recuperar o sono. Só uma sucessão de ações consegue mudar expectativas como as atuais. A Casa Branca, ao contrário da postura que assumira no caso do Lehman Brothers – tragado,
10 sem socorro, por um rombo de US\$600 bilhões –, decidiu estender a mão para a maior seguradora do país, a AIG.

Aos bilhões empenhados para permitir ao Morgan digerir o Bear Stearns, em março; ao dinheiro sacado a fim de evitar a quebra das gigantes Fannie Mae e Freddie Mac, redescantadoras de hipotecas, o governo e o Fed, o BC dos EUA, decidiram somar US\$85 bilhões para salvar a AIG. Decepcionou-se quem esperava tranquilidade. O emperramento do crédito – ninguém
15 empresta a ninguém, por não se saber ao certo o risco do tomador – continua a travar o mercado global, e as ações novamente desceram a ladeira, empurradas por boatos sobre quais serão, ou seriam, os próximos a cair.

(O Globo, 18 de setembro de 2008, Editorial)

- a) A expressão “cevada”(ℓ.1) está em sentido conotativo e apresenta significado relativo às seguintes idéias: alimentada, ampliada, crescida.
- b) Em “se estabilizarem”(ℓ.6), o “se” indica que o sujeito é indeterminado.
- c) O emprego de preposição em “Aos bilhões”(ℓ.13) e em “ao dinheiro”(ℓ.14) justifica-se pela regência de “somar”(ℓ.17).
- d) Em “Decepcionou-se”(ℓ.18), o “se” justifica-se porque o verbo está sendo empregado como pronominal.
- e) A expressão “desceram a ladeira”(ℓ.22) confere ao texto um tom de informalidade e está sendo empregada em sentido conotativo.

7 - Com base no texto, assinale a opção correta.

No caso do Brasil, o potencial de contaminação das expectativas de crescimento pela crise externa concentra-se em três ameaças: a economia real ser atingida por forte contenção de liquidez, o que diminuirá a oferta de capital para manter os investimentos, o consumo interno sofrer abalos com a perda acelerada do preço das *commodities*, o que tenderá a reduzir o lucro dos exportadores, e a volta do déficit em conta corrente, com pressão sobre o câmbio e reflexos na inflação.

10 O momento é oportuno para o Brasil encontrar medidas que amenizem os efeitos de uma eventual tempestade internacional. As preocupações não são infundadas. O risco de escassez de crédito externo para as empresas brasileiras é um exemplo. Acertadamente, o governo já estuda meios para compensar uma eventual paralisação do crédito internacional, por meio de fontes internas, como empréstimos do BNDES.

(Jornal do Brasil, 18 de setembro de 2008, Editorial)

- a) O emprego da aglutinação da preposição com artigo definido feminino em “pela crise” justifica-se pela regência de “crescimento”(ℓ. 2).
 - b) A substituição de “concentra-se”(ℓ.3) por **está concentrado** prejudica a correção gramatical do período.
 - c) A redação **O momento é oportuno para que o Brasil encontre medidas**(ℓ.11) prejudica a correção gramatical do período.
 - d) Estaria gramaticalmente correta e de acordo com as informações originais do texto a redação: **As preocupações têm fundamento**(ℓ.13).
 - e) As palavras “risco”(ℓ.14) e “eventual”(ℓ.16) reforçam a idéia de que haverá paralisação de crédito internacional.
- 8 - Assinale a opção em que a relação de referência está incorreta.

O Brasil vive hoje seu primeiro momento plenamente democrático. Todas as experiências anteriores ou foram autoritárias ou tinham algumas características da democracia, mas não a realizavam por completo. Boa parte desse resultado político se deve à Constituição de 1988, num sentido mais amplo que as regras por ela determinadas. Além do arcabouço institucional original, o espírito que norteou a confecção do texto constitucional e o aprendizado posterior têm produzido efeitos democratizantes na vida política brasileira. Ainda há, no plano da cidadania, distância entre o Brasil legal e o Brasil real. As formas de participação extra-eleitoral ainda são subaproveitadas. Grande parte da população não as usa.

(Fernando Abrucio, Revista Época, 17 de setembro de 2008)

- a) “seu”(ℓ.1) se refere a “Brasil”(ℓ.1)
- b) “a”(ℓ.4) se refere a “democracia”(ℓ.4)
- c) “desse resultado político”(ℓ.5) se refere a “foram autoritárias”(ℓ.3)
- d) “ela”(ℓ.7) se refere a “Constituição de 1988”(ℓ.5 e 6).
- e) “as”(ℓ.14) se refere a “formas de participação extra-eleitoral”(ℓ.12 e 13).

9 - Assinale a opção em que o termo sublinhado está gramaticalmente correto.

O Brasil vem gradativamente progredindo no que diz respeito à(1) administrar o bem público. No século passado, estava arraigado à(2) comportamentos administrativos viciosos, aos quais(3) priorizavam os interesses do administrador e de quem mais lhe conveniesse(4), ficando de lado a real finalidade do serviço público, que é servir o(5) público.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

10- Assinale o segmento inteiramente correto quanto à morfossintaxe, concordância, regência e coerência textual.

- a) O esgotamento do modelo de administração burocrática, que primava excessivamente pelo respeito as normas e procedimentos internos do setor público, tolhia a criatividade e a autonomia dos profissionais encarregados de ações que melhor atendesse as demandas da sociedade.
- b) Devido ao esgotamento do modelo de administração burocrática, que primava excessivamente pelo respeito as normas e procedimentos internos do setor público, inibiam-se a criatividade e a autonomia dos profissionais encarregados de ações que melhor atendesse as demandas da sociedade.
- c) O esgotamento do modelo de administração burocrática, que primava excessivamente pelo respeito às normas e procedimentos internos do setor público, obstavam-se a criatividade e a autonomia dos profissionais encarregados de ações que melhor atendessem às demandas da sociedade.
- d) Com o esgotamento do modelo de administração burocrática, que se regia excessivamente pelo respeito às normas e procedimentos internos do setor público, fomentou-se a criatividade e a autonomia dos profissionais encarregados de ações que melhor atendessem as demandas da sociedade.
- e) Após o esgotamento do modelo de administração burocrática que oprimia excessivamente pelo respeito às normas e procedimentos internos do setor público, impedia a criatividade e a autonomia dos profissionais encarregados de ações que melhor atendessem às demandas da sociedade.

11- Assinale o trecho inteiramente correto quanto à sintaxe de construção do período, morfossintaxe, adequação vocabular, pontuação, clareza e concisão.

- a) O internauta, hoje, passou de receptivo para um usuário ativo. Passou-se, então, a criar os seus próprios conteúdos em vez de apenas buscar informações. Com isso, as redes sociais vêm crescendo cada vez mais a cada dia que se passa.
- b) É necessário que se saiba o que os internautas vêm dizendo sobre as empresas nas redes virtuais, para que possa traçar estratégias para reverter quadros críticos e saber se os consumidores estão insatisfeitos com suas compras.
- c) Nas grandes empresas, os consultores de tecnologia da informação (TI) vêm exercendo uma função cada vez mais estratégica, para o que se exige conhecimento técnico dos processos de negócio dos clientes e capacidade de formulação de soluções tecnológicas para os problemas detectados.
- d) O consultor de TI não deve mais atuar sozinho dentro das organizações; é necessário que ele sempre esteja informado do que acontece dentro da organização na qual trabalha. Ele deve atuar juntamente com outros setores para que possa, cada vez mais, conhecer os processos de negócio de seus clientes para que juntos possam achar uma solução na qual atenda às reais necessidades.
- e) O consultor de TI tem o papel de mostrar para o cliente quais são as opções de TI que o cliente pode ter e de que forma a tecnologia pode ajudá-lo a melhorar o seu negócio, ao mesmo tempo no qual se poderá auxiliá-lo informando metodologias que poderiam ser utilizadas para que possa organizar e melhorar os seus processos internos.

12- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado do Editorial do Jornal do Brasil, 18/09/2008. Assinale a opção em que há erro gramatical.

- a) A elevação dos termômetros da crise nos mercados financeiros – que emite sinais perturbadores de que será longa e ruidosa – tem encontrado lenitivos consideráveis na economia brasileira.
- b) Essa constatação, no entanto, não aplaca as exigências impostas ao país: é preciso encontrar mecanismos sólidos de redução dos habituais riscos de contaminação.
- c) De que a saúde da economia brasileira vai bem só as mentes insensatas discordarão. É incontestável que o Brasil exibe hoje índices de vulnerabilidade bem mais baixos do que os que apresentava à alguns anos.
- d) As perspectivas são positivas e os indicadores econômicos são favoráveis para a expansão econômica contínua e segura.
- e) Tanto é que a taxa de investimento no segundo trimestre deste ano registrou crescimento de 5,4% em relação ao trimestre anterior, permitindo expansão de 1,4% do PIB entre os dois períodos.

13- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

Passaram-se(1) anos até que a América do Sul pudesse livrar-se(2) das ditaduras que dominaram o continente, sobretudo na segunda metade do século 20. O custo foi alto, com opressão e mortes. Por isso, faz sentido o apoio que nove presidentes de países do bloco, reunidos em Santiago do Chile, na primeira cúpula da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), deram ao(3) governo Evo Morales, legitimamente eleito e confirmado em um referendo(4) popular realizado há pouco tempo. Tirando os exageros antiimperialistas do coronel Hugo Chávez – que procura enxergar nos levantes bolivianos o dedo da política externa americana como forma de capturar a crise para a própria agenda e, com isso, livrar-se do isolamento – os mandatários souberam manter o tom de diálogo que utilizou(5) para a transição em seus países na hora de apoiar o colega andino.

(Adaptado de **O Globo**, 17 de setembro de 2008, Editorial)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

14- Assinale a opção que constitui continuação coesa e coerente para o texto abaixo.

Faz vinte anos que foi promulgada a Constituição de 1988, chamada “cidadã” pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Pode haver algum exagero nesse epíteto. Mas hoje está claro que a Constituição de 1988 promoveu um avanço no conceito de cidadania. “Ela contribuiu para sua popularização”, diz o historiador José Murilo de Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “E introduziu instrumentos legais importantes de afirmação democrática”. Ao mesmo tempo, a Constituição ficou incompleta.

- a) Por isso, em 1988, a Constituição trouxe inovações que hoje parecem triviais. Durante mais de 150 anos, os analfabetos – maioria ou um número expressivo da população – estiveram excluídos da vida política.
- b) Até hoje, sofre um aperfeiçoamento contínuo que leva muitos a considerá-la uma “colcha de retalhos” em eterna reforma, descolada da realidade de uma economia moderna.
- c) Pois a Constituição garantiu a eles o direito ao voto, assim como aos menores entre 16 e 18 anos. Também concedeu a todo cidadão o direito de saber todas as informações que o governo guarda sobre ele, um recurso conhecido como *habeas data*.
- d) Para atendê-los, depois da Constituição, foram elaborados nos anos seguintes um novo Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

e) Tanto é que o racismo passou a ser considerado crime inafiançável. Há ainda um capítulo inovador sobre meio ambiente e uma legislação sobre a questão indígena que, se não evita conflitos pontuais, pelo menos protege a minoria.

(Leandro Loyola, **Revista Época**, 17 de setembro de 2008)

15- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado do jornal Valor Econômico, 16 de setembro de 2008. Assinale a opção em que há erro gramatical.

- a) A recente convulsão social na Bolívia mostra que é insuficiente para o Brasil criar planos de contingência para lidar com a renitente instabilidade política do vizinho.
- b) A imaturidade da democracia boliviana, que, na semana passada, parece ter repetido mais uma vez a tradição de flertar com o abismo e recuar ligeiramente em seguida, mostra a necessidade de alternativas ao principal fornecedor de gás natural para a economia brasileira.
- c) É de se perguntar se não é hora de criar rapidamente uma estratégia para anular por completo o eventual impacto, na economia brasileira, de um estancamento no fluxo do gasoduto Brasil-Bolívia.
- d) Desde a nacionalização dos hidrocarbonetos, feita de maneira agressiva e propagandística pelo governo Evo Morales em 2006, a Petrobras adotou providências para minimizar a dependência do gás boliviano.
- e) Iniciou a construção de instalações para conversão de gás natural liquefeito (GNL), arquivou os planos de ampliação do gasoduto Brasil-Bolívia, reduziu os investimentos em território boliviano ao necessário para manter o fornecimento atual e pôs em prática seus planos para aumentar a extração de gás da Bacia de Santos.

16- Os trechos a seguir constituem um texto adaptado do Editorial do Jornal do Brasil, 15/09/2008, que estão desordenados. Ordene-os nos parênteses e assinale a opção correspondente.

- () O resultado desse levantamento aponta para uma elevação da temperatura e para a redução das chuvas em parte da Floresta Amazônica, o que poderia transformar, nas próximas décadas, a maior e mais importante reserva de biodiversidade mundial num imenso semi-árido.
- () Estudo apresentado em Belém pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revela dados alarmantes sobre a devastação em dois Estados da Federação: o Pará e o Maranhão, que, somados, correspondem a 18% do território brasileiro e a 30% da Amazônia Legal.
- () Explicando melhor esse resultado: o documento mostra que o clima da região se tornará cada vez mais quente e seco, com reduções de chuva que podem ficar entre 2 e 4 milímetros por dia, no período de 2071-2100, quando comparado com o atual clima da região.

() Se no plano interno o país conseguir reverter o cenário dramático antecipado pelos relatórios, alcançar um relativo grau de crescimento sustentável e manter a política de incentivo aos biocombustíveis, o país terá um enorme *handicap* na hora de cobrar das nações mais ricas, historicamente as maiores responsáveis pela poluição global, mas também as mais reticentes quanto à aceitação de metas de redução de gases poluentes, o uso racional dos recursos naturais.

() A temperatura deve aumentar em toda a região leste do Pará até o Nordeste, chegando a até 7 graus nas regiões do leste da Amazônia e no norte do Maranhão (levando-se em consideração um cenário mais pessimista, com alta concentração de gases do efeito estufa) ou a até 4 graus acima do atual, em condições mais otimistas.

- a) 2, 3, 1, 5, 4
- b) 4, 3, 2, 1, 5
- c) 4, 5, 3, 2, 1
- d) 2, 1, 3, 5, 4
- e) 4, 1, 2, 3, 5

17- Aponte o trecho com pontuação correta.

- a) Se o Estado estabeleceu o incentivo à prorrogação da licença-maternidade às trabalhadoras de empresas privadas, deve, bem antes, dar-lhes o exemplo e admitir, desde já, a obrigação para si. Aliás, porque públicos também são os fundos que financiam a política de incentivo, realizados mediante renúncia fiscal, é incongruente pensar que, de um lado, o poder público possa incentivar as empresas, com fundos públicos, e, de outro, não se submeta ao objeto incentivado, arcando-o com os mesmos fundos.
- b) Se o Estado, estabeleceu o incentivo à prorrogação da licença-maternidade às trabalhadoras de empresas privadas, deve, bem antes, dar-lhes o exemplo e admitir, desde já, a obrigação para si, aliás porque públicos também são os fundos que financiam a política de incentivo, realizados mediante renúncia fiscal, é incongruente pensar que, de um lado, o poder público possa incentivar as empresas, com fundos públicos, e, de outro, não se submeta ao objeto incentivado, arcando-o com os mesmos fundos.
- c) Se, o Estado estabeleceu o incentivo à prorrogação da licença-maternidade às trabalhadoras de empresas privadas deve, bem antes, dar-lhes o exemplo e admitir, desde já, a obrigação para si; aliás, porque públicos também são os fundos que financiam a política de incentivo realizados mediante renúncia fiscal, é incongruente pensar que, de um lado, o poder público possa incentivar as empresas, com fundos públicos, e, de outro, não se submeta ao objeto incentivado, arcando-o com os mesmos fundos.

d) Se o Estado estabeleceu o incentivo à prorrogação da licença-maternidade às trabalhadoras de empresas privadas, deve, bem antes, dar-lhes o exemplo e admitir desde já a obrigação para si. Aliás, porque públicos também são os fundos, que financiam a política de incentivo, realizados mediante renúncia fiscal, é incongruente pensar, que de um lado, o poder público possa incentivar as empresas, com fundos públicos, e, de outro, não se submeta ao objeto incentivado, arcando-o com os mesmos fundos.

e) Se o Estado estabeleceu o incentivo à prorrogação da licença-maternidade às trabalhadoras de empresas privadas, deve, bem antes, dar-lhes o exemplo e admitir, desde já, a obrigação para si, aliás porque, públicos também são os fundos que financiam a política de incentivo, realizados mediante renúncia fiscal; é incongruente pensar, que de um lado o poder público possa incentivar as empresas com fundos públicos e, de outro, não se submeta ao objeto incentivado, arcando-o com os mesmos fundos.

(Jean P. Ruzzarin, Direito&Justiça, Correio Braziliense, 29/9/2008, com adaptações)

18- Assinale o trecho inteiramente correto quanto à morfossintaxe e à pontuação.

- a) Hoje em dia a população é participativa. Ela é quem decide onde o orçamento-participativo deve ser aplicado, e o melhor o cidadão cobra, busca o resultado, quer saber onde foi empregado os seus tributos.
- b) Administrar visando resultados é bom para todos, o país ganha, os servidores estão mais satisfeitos porque sabe que o serviço que ele está prestando é de qualidade, servindo de motivação para que esse servidor busque cada vez mais a capacitação.
- c) Entendo que a velocidade que as mudanças vêm ocorrendo, tanto no campo econômico, político, social que se processa de maneira muito rápida, ou os novos gerentes acompanham todo esse mecanismo de desenvolvimento ou tendem a desaparecerem.
- d) Hoje se depara com o processo da globalização, com isso conseqüentemente se exige melhores gestores e mais aperfeiçoamento das ações gerenciais, novos padrões de comportamento, estabelecimento de novas técnicas, aperfeiçoamento constante e manter dentro da competitividade e modernidade desejadas.
- e) Ademais de dominar os conhecimentos técnicos de sua área de atuação, um bom gestor deve saber exercer a liderança com flexibilidade; ter habilidade para solucionar conflitos; mostrar aptidão para trabalhar em equipe; ter desenvolvidas a sensibilidade e a intuição; mas, acima de tudo, pautar suas ações sob o manto da ética e da justiça social.

LÍNGUA INGLESA

Read the text below entitled 'Half the nation, a hundred million citizens strong' so as to answer questions 19 to 21:

Half the nation, a hundred million citizens strong

Source: *www.economist.co.uk*
Sep 11th, 2008 (Adapted)

It remains hard to define, and attempts to do so often seem arbitrary. But in Brazil, the middle class describes those with a job in the formal economy, access to credit and ownership of a car or motorbike. According to the Fundação Getúlio Vargas (FGV), a research institute, this means households with a monthly income ranging from 1,064 reais (\$600) to 4,561 reais. Since 2002, according to FGV, the proportion of the population that fits this description has increased from 44% to 52%. Brazil, previously notorious for its extremes, is now a middle-class country.

This social climbing is a feature mainly of the country's cities, reversing two decades of stagnation that began at the start of the 1980s. Marcelo Neri of FGV suggests two factors behind the change. The first is education. The quality of teaching in Brazil's schools may still be poor, but those aged 15-21 now spend on average just over three more years studying than their counterparts did in the early 1990s.

The second is a migration of jobs from the informal "black" economy to the formal economy. The rate of formal job creation is accelerating, with 40% more created in the year to this July than in the previous 12 months, which itself set a record. Together with cash transfers to poor families, this helps to explain why – in contrast with economic and social development in India or China – as Brazil's middle class has grown, so the country's income inequality has lessened.

19- According to paragraph 1, in Brazil,

- a) 44% of the population has just entered the middle class.
- b) the middle class aims to earn 4,561 reais per month.
- c) a set of features defines its middle class.
- d) access to credit has boosted by 52%.
- e) the monthly income of the middle class has dropped.

20- According to paragraph 2, the social climbing in Brazil

- a) might be explained by two factors.
- b) may also soon occur in the cities.
- c) should impact on the quality of education.
- d) could lower the quality of teaching.
- e) must encompass future generations.

21- According to paragraph 3, Brazil's income inequality has lessened. Therefore, it has

- a) increased.
- b) been eliminated.
- c) remained unaltered.
- d) not been addressed.
- e) decreased.

Read the text below entitled 'While Rome burns' in order to answer questions 22 to 25:

While Rome burns

Source: *www.economist.co.uk*
Sep 25th, 2008 (Adapted)

American plans to buy up assets that are clogging the financial system lack detail but no one doubts that a massive government intervention is coming. In Europe jittery investors have no such reassurance. European governments have yet to respond publicly to calls from Hank Paulson, the treasury secretary, to follow his lead. They look set to keep faith with the approach that they have used to handle the crisis so far – staving off liquidity worries by allowing banks to use facilities at central banks to swap their assets in exchange for ready cash.

That makes many watchers nervous. The crisis in America has dramatically grown from one of liquidity to one of solvency as well. Lehman Brothers had access to the Federal Reserve's discount window, after all, but still went under. The burning question now is whether banks have enough capital. On some measures, European banks look pretty well capitalized. The average tier-one ratio, which measures capital based on the riskiness of bank assets, stood at 8% in the first half of the year. That looks solid enough, if you assume that banks have a good handle on risk.

22- The author refers to "assets that are clogging the financial system", which means they

- a) could have affected it.
- b) are blocking it.
- c) will surely affect it.
- d) are perfecting it.
- e) were redesigning it.

23- In paragraph 1, the author refers to a massive government intervention which

- a) would worsen the scenario.
- b) is presently out of the question.
- c) would provoke constraints.
- d) is certainly on the way.
- e) seems highly questionable.

24- As regards investors in Europe at the moment, they are feeling

- a) nervous and upset.
- b) confident and optimistic.
- c) reassured, but cautious.
- d) slightly afraid.
- e) tense, but optimistic.

25- The author reminds the readers that banks are assumed to have a good handle on risk. In other words, they

- a) do not take it.
- b) eliminate it.
- c) do not accept it.
- d) hardly ever face it.
- e) understand it well.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26- O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são, respectivamente, sociedade de economia mista e empresa pública, cujos capitais votantes majoritários pertencem à União. Quanto a estas espécies de instituições, analise os itens a seguir e marque com **V** se a assertiva for verdadeira e com **F** se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- () A constituição de sociedades de economia mista e de empresas públicas decorre de um processo de descentralização do Estado que passa a exercer certas atividades por intermédio de outras entidades.
- () Apesar de serem constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, as sociedades de economia mista e as empresas públicas estão submetidas hierarquicamente à pessoa política da federação que as tenha criado.
- () Somente por lei específica podem ser criadas sociedades de economia mista e empresas públicas, bem como necessária autorização legislativa, em cada caso, para a criação de suas subsidiárias.
- () As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- () Quanto ao regime de compras, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se aos princípios da administração pública e devem observar procedimento licitatório.

- a) V, V, F, V, F
- b) V, F, F, V, V
- c) F, F, V, F, V
- d) F, V, V, F, F
- e) V, F, F, V, V

27- O art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 previu expressamente alguns dos princípios da administração pública brasileira, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Consagra-se, com o **princípio da publicidade**, o dever de a administração pública atuar de maneira transparente e promover a mais ampla divulgação possível de seus atos. Quanto aos instrumentos de garantia e às repercussões desse princípio, assinale a assertiva incorreta.

- a) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) É assegurada a todos a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- c) Da publicidade dos atos e programas dos órgãos públicos poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que tal iniciativa possua caráter educativo.
- d) Cabe *habeas data* a fim de se assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- e) É garantido ao usuário, na administração pública direta e indireta, na forma disciplinada por lei, o acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observadas as garantias constitucionais de sigilo.

28- Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, pode-se afirmar corretamente:

- a) a investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- b) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) são condições para a aquisição da estabilidade aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público: dois anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.
- d) adquirida a estabilidade, o servidor público passa a ter direito adquirido ao regime estatutário a que está submetido, diferentemente do que ocorre com as relações contratuais trabalhistas.
- e) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

- 29- O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, confere à Administração certas prerrogativas em relação a eles. São prerrogativas da Administração Pública frente a seus contratos, exceto:
- modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
 - fiscalizar-lhes a execução.
 - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
 - exigir o cumprimento do contrato, sem alteração das condições inicialmente pactuadas, independente da ocorrência de álea econômica ou administrativa.
 - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na lei.
- 30- Quanto aos convênios e aos consórcios públicos, está incorreta a afirmativa:
- a União pode realizar convênio com os consórcios públicos, desde que com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas.
 - a administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados poderá contratar diretamente o consórcio público, mediante dispensa de licitação, para o cumprimento de seus objetivos.
 - o consórcio público poderá constituir personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, ou de direito privado.
 - o Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio sujeita também ao seu controle contábil, operacional e patrimonial o consórcio público.
 - a execução das receitas e das despesas dos consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado não se sujeita às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
- 31- Quanto à discricionariedade e à vinculação da atuação administrativa, pode-se afirmar corretamente:
- a discricionariedade presente num ato administrativo nunca é total, pois, em geral, ao menos a competência, a forma e a finalidade são elementos definidos em lei e, portanto, vinculados.
 - o ato administrativo será discricionário quando a lei não deixar margem de liberdade para a atuação do administrador e fixar a sua única maneira de agir diante do preenchimento de determinados requisitos.
 - a conveniência e a oportunidade de realização dos atos constituem o mérito administrativo, presente nos atos vinculados e passível de controle pelo poder judiciário.
 - quando o motivo for um aspecto discricionário do ato administrativo, ainda que expressamente indicado pela administração pública para a prática de determinado ato, não estará passível de controle pelo poder judiciário.
- e) a admissão de servidor público é ato administrativo discricionário típico, assim como a permissão de uso de bem público é exemplo clássico de ato administrativo vinculado.
- 32- O Diretor-Geral do Departamento de Vigilância Sanitária de uma cidade brasileira anulou o ato de concessão de licença de funcionamento de um restaurante ao constatar uma irregularidade em um dos documentos apresentados para sua obtenção, existente desde o momento em que foi apresentado. Em relação a essa situação hipotética, marque a opção correta.
- Sendo o Diretor-Geral a autoridade competente para a concessão da licença, apenas uma autoridade superior a ele poderia tê-la anulado.
 - A invalidação da licença tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroativos, em respeito aos atos já dela decorridos até então.
 - Por haver repercussão no campo de interesses individuais, a anulação da licença deve ser precedida de procedimento em que se garanta o contraditório àquele que terá modificada sua situação.
 - Ainda que o documento seja novamente apresentado, desta vez regularmente constituído, não será possível a convalidação da licença anteriormente concedida por ser absolutamente nula.
 - Tendo sido uma manifestação legítima de controle de mérito da Administração Pública, avaliados os critérios de conveniência e oportunidade, não é cabível indenização.
- 33- Quanto às características dos bens públicos, analise os itens abaixo e assinale a opção correta.
- Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - Os créditos de terceiros contra a Fazenda Pública, em virtude de sentença judicial, são pagos por meio de precatórios, conforme disposto no art. 100 da CF/88, uma vez que os bens públicos não se sujeitam ao regime de penhora.
 - Apenas os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são imprescritíveis, ou seja, insuscetíveis de aquisição por usucapião.
 - A alienação dos bens públicos imóveis, em qualquer dos Poderes, depende de autorização do chefe máximo do Poder a que está submetido o órgão alienante.
- Nenhum item está correto.
 - Apenas estão corretos os itens I e II.
 - Apenas estão corretos os itens I e III.
 - Apenas estão corretos os itens II e IV.
 - Todos os itens estão corretos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

34- “E preciso, pois, dizer o óbvio: a Constituição constitui (no sentido fenomenológico-hermenêutico); a Constituição vincula (não metafisicamente); a Constituição estabelece as condições do agir político-estatal. Afinal, como bem assinala Miguel Angel Pérez, *uma Constituição democrática é, antes de tudo, normativa, de onde se extrai duas conclusões: que a Constituição contém mandatos jurídicos obrigatórios, e que estes mandatos jurídicos não somente são obrigatórios senão que, muito mais do que isso, possuem uma especial força de obrigar, uma vez que a Constituição é a forma suprema de todo o ordenamento jurídico.*” (STRECK, Lenio Luiz, *Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma crítica do direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p.287).

Assinale a opção que indica com exatidão os princípios de hermenêutica constitucional utilizados no texto para sustentar a aplicabilidade das normas constitucionais.

- a) Unidade da Constituição e razoabilidade.
- b) Eficácia integradora e lógica do razoável.
- c) Harmonização e proporcionalidade.
- d) Reserva do possível e conformidade funcional.
- e) Máxima efetividade e força normativa da Constituição.

35- Assinale a opção correta sobre os direitos e garantias fundamentais e o tratamento conferido pela Constituição Federal aos institutos da emenda, da reforma e da revisão constitucional.

- a) Não existe tratamento jurídico diferenciado entre emenda, reforma e revisão constitucional.
- b) Depreende-se claramente da Constituição que menor de dezoito anos de idade pode ser responsabilizado pela prática de conduta descrita como crime.
- c) Do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte não podem decorrer quaisquer direitos e garantias que não estejam expressamente previstos na própria Constituição.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a ampliar a aplicação das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.

36- Assinale a opção correta acerca da estabilidade assegurada pela Constituição Federal aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- b) O procedimento de avaliação periódica de desempenho não pode ensejar a perda do cargo do servidor público estável.
- c) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, garantida remuneração integral.
- d) Até que seja adequadamente aproveitado em outro cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando o cargo que ocupar for declarado desnecessário ou extinto.
- e) A Constituição Federal faculta que a Administração adote o instrumento da avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade como condição para a aquisição da estabilidade.

37- Assinale a opção correta relativa à organização dos Poderes.

- a) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, entre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, entre advogados, promotores de justiça e membros do Poder Judiciário.
- b) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um terço entre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço entre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- c) Um quinto dos juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, composto por brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, será nomeado pelo Presidente da República, no prazo de vinte dias a partir do recebimento de lista tríplice formada pelo respectivo tribunal, tendo como base lista sêxtupla elaborada pelos órgãos de representação das respectivas classes de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e de membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

- d) Um quinto dos juizes dos Tribunais Regionais Federais, composto por brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, será nomeado pelo Presidente da República, no prazo de vinte dias a partir do recebimento de lista tríplice formada pelo respectivo tribunal, tendo como base lista sêxtupla elaborada pelos órgãos de representação das respectivas classes de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e de membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.
- e) Um quinto dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal será nomeado pelo respectivo Governador, no prazo de vinte dias a partir do recebimento de lista tríplice formada pelo respectivo tribunal, tendo como base lista sêxtupla elaborada pelos órgãos de representação das respectivas classes de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- 38- Assinale a opção correta relativa ao Sistema Tributário Nacional, às finanças e às políticas públicas na Constituição de 1988.
- a) Na organização das ações governamentais no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, deve ser levada em conta a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- b) Na organização das ações governamentais na área da assistência social, é levada em conta a descentralização político-administrativa, por isso que cabe exclusivamente à esfera federal a coordenação e as normas gerais, e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
- c) A organização da seguridade social compete à sociedade que, com o auxílio do poder público, deve garantir, entre outros o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais que não poderão ser exigidas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- e) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, sendo vedado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura percentual da receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- 39- Uma empresa (S/A) obteve resultado positivo no ano, que gerou um dividendo de R\$ 150.000,00, a ser rateado entre os 4 (quatro) sócios. Como cada sócio possui o dobro de ações do sócio anterior, os valores a serem distribuídos são respectivamente de:
- a) R\$ 37.500,00 para cada sócio.
- b) R\$ 15.000,00; R\$ 30.000,00; R\$ 45.000,00; R\$ 60.000,00.
- c) R\$ 10.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 40.000,00; R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 5.000,00; R\$ 25.000,00; R\$ 45.000,00; R\$ 75.000,00.
- e) R\$ 10.000,00; R\$ 25.000,00; R\$ 45.000,00; R\$ 70.000,00.
- 40- Uma escola terá 120 alunos, que deverão ser divididos em 3 (três) turmas, segundo o tamanho em m² de cada sala. A sala **A** tem 40m², a sala **B** tem 80m² e a sala **C** tem 120m². Indique abaixo a opção correta.
- a) A = 15, B = 45 e C = 60.
- b) A = 15, B = 40 e C = 65.
- c) A = 20, B = 45 e C = 55.
- d) A = 15, B = 50 e C = 55.
- e) A = 20, B = 40 e C = 60.
- 41- Sendo C o valor aplicado, *i* a taxa efetiva anual de juros, *t* o número de meses ao final do qual será sacada tanto a aplicação, quanto o seu rendimento, podemos afirmar que este montante é dado (calculado) pela seguinte formulação:
- a) = $Cit / 100$.
- b) = $C \times (1 + i)^t$, se a capitalização dos juros for mensal.
- c) = $C \times (1 + i) \times t$, se a capitalização dos juros for mensal.
- d) = $C \times (1 + i)^t - 1 / ((1 + i)^t \times i)$, se a capitalização for mensal e no início de cada mês.
- e) = $C \times (1 + i)^{t-1} / ((1 + i)^{t-1} \times i)$, se a capitalização for mensal e no final de cada mês.

42- Em uma loja de departamentos está sendo oferecida a seguinte promoção: “nas compras acima de R\$ 5.000,00, o valor é parcelado em 5 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira em 90 dias”. Com base nessa condição e sabendo que a taxa aplicada ao mercado é de 2,5% a. m., podemos afirmar financeiramente que:

- a) as compras com valores de até R\$ 5.000,00, quando parceladas, compensam financeiramente as compras de valores superiores a este valor, indicadas pela “promoção”.
- b) a loja deve fazer mais vezes esta promoção, especialmente em épocas festivas tipo Natal, pois trará um maior volume de vendas e de ganho nas operações.
- c) 10% é um desconto possível para o pagamento a vista.
- d) o valor a vista não pode ter desconto, pois não propicia o retorno dos clientes, implicando em prejuízos à operação.
- e) a loja deve evitar fazer esta promoção, pois, por ter custo financeiro, descapitaliza a empresa, visto que reduz financeiramente seu capital de giro.

43- Um cliente tomou um empréstimo de R\$ 1.000.000,00, com juros anuais de 12% a. a. e prazo de 15 anos para liquidar a dívida. Podemos afirmar que:

- a) se os juros forem de capitalização composta, o saldo devedor será crescente.
- b) se os juros forem de capitalização simples, o saldo devedor será crescente.
- c) o montante amortizado será maior nos primeiros anos, se os juros forem de capitalização simples.
- d) o saldo devedor é sempre maior que o valor amortizado.
- e) se a capitalização for anual, assim como a correção monetária e o reajuste das parcelas, o saldo devedor é decrescente.

44- No fechamento da fatura do mês, a empresa de cartão de crédito informou que o saldo devedor do cliente era de R\$ 10.000,00 e que venceria no próximo dia 5. Todavia, visto ele ser um “bom” cliente, a dívida poderia ser paga em 5 (cinco) parcelas iguais mensais e sucessivas de R\$ 2.100,00 cada uma (a primeira deverá ser paga no vencimento do dia 5).

Com base no acima exposto, apenas sob o enfoque financeiro, é verdadeiro afirmar que:

- a) para uma taxa Selic de 2008 de até 15% a. a., como remuneração líquida dos investimentos, o pagamento a vista torna-se mais vantajoso.
- b) a melhor alternativa é pagar parceladamente os R\$ 10.000,00.
- c) a taxa de juros praticada pela Operadora de Cartão é de 1% a. m.
- d) a taxa de juros praticada pela Operadora de Cartão é de 12% a. a.
- e) a taxa de juros praticada pela Operadora de Cartão é de 5%.

45- Se a CM – Correção Monetária for zero e considerando um empréstimo imobiliário, a ser pago em 25 anos com capitalizações mensais, sendo que os juros sobre o saldo devedor de cada mês também serão pagos com (junto) as respectivas parcelas mensais, podemos afirmar que:

- I. As parcelas de juros são constantes;
- II. As parcelas de amortização são constantes;
- III. O saldo devedor é decrescente e linear, financeiramente.

Com base no acima proposto e frente às três sentenças, indicando por V – Verdadeira e por F – Falsa, a opção correta é:

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, V, V
- e) F, F, V

Área para rascunho

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

46- A calculadora de Eliane tem duas teclas especiais, T_1 e T_2 , que realizam operações diferentes. A tecla T_1 transforma o número t que está no visor em $\frac{1}{t}$.

A tecla T_2 transforma o número t que está no visor em $1-t$. Eliane digita um número no visor. A seguir, de forma sucessiva e alternadamente, ela digita as duas teclas especiais, iniciando por T_1 , isto é: $T_1, T_2, T_1, T_2, T_1, T_2, \dots$. Sabendo-se que após 1204 operações o visor mostrava o número 5, pode-se corretamente concluir que o número que Eliane digitou no visor é igual a:

- a) 0,8
- b) 0,7
- c) 2,5
- d) 0,42
- e) 0,36

47- Dois eventos **A** e **B** são ditos eventos independentes se e somente se:

- a) a probabilidade de ocorrência conjunta de **A** e **B** for nula.
- b) a ocorrência de **B** alterar a probabilidade de ocorrência de **A**.
- c) a ocorrência de **A** alterar a probabilidade de ocorrência de **B**.
- d) a ocorrência de **B** não alterar a probabilidade de ocorrência de **A**.
- e) a probabilidade de ocorrência conjunta de **A** e **B** for igual a 1.

48- Uma equipe de três policiais está em uma viatura perseguindo o carro de Telma e Louise que corre por uma estrada reta onde existe um túnel construído também em linha reta. Antes de chegarem até o túnel, os policiais avistam o carro de Telma e Louise que já está dentro do túnel —, exatamente a 200 metros de uma das extremidades. Na posição em que o carro das moças se encontra, elas acreditam que têm duas opções de fuga: continuar dirigindo no sentido em que se encontram ou dirigirem em direção à polícia. A partir da velocidade do carro de Telma e Louise e da velocidade da viatura, os policiais concluíram, acertadamente, que as moças não poderão fugir se forem capturadas no túnel. Ou seja, os policiais poderão apanhá-las numa ou noutra extremidade do túnel, independentemente da direção que elas tomarem. Sabe-se que o carro de Telma e Louise e a viatura dos policiais locomovem-se a velocidades constantes. Sabe-se, também, que o túnel tem um quilômetro de comprimento. Desse modo, conclui-se que a relação entre a velocidade da viatura e a do carro das moças é dada por:

- a) $\frac{3}{2}$
- b) $\frac{3}{5}$
- c) $\frac{7}{5}$
- d) $\frac{3}{4}$
- e) $\frac{5}{3}$

Área para rascunho

49- Ana possui em seu *closed* 90 pares de sapatos, todos devidamente acondicionados em caixas numeradas de 1 a 90. Beatriz pede emprestado à Ana quatro pares de sapatos. Atendendo ao pedido da amiga, Ana retira do *closed* quatro caixas de sapatos. O número de retiradas possíveis que Ana pode realizar de modo que a terceira caixa retirada seja a de número 20 é igual a:

- a) 681384
- b) 382426
- c) 43262
- d) 7488
- e) 2120

50- Marco estuda em uma universidade na qual, entre as moças de cabelos loiros, 18 possuem olhos azuis e 8 possuem olhos castanhos; entre as moças de cabelos pretos, 9 possuem olhos azuis e 9 possuem olhos castanhos; entre as moças de cabelos ruivos, 4 possuem olhos azuis e 2 possuem olhos castanhos. Marisa seleciona aleatoriamente uma dessas moças para apresentar para seu amigo Marco. Ao encontrar com Marco, Marisa informa que a moça selecionada possui olhos castanhos. Com essa informação, Marco conclui que a probabilidade de a moça possuir cabelos loiros ou ruivos é igual a:

- a) 0
- b) $\frac{10}{19}$
- c) $\frac{19}{50}$
- d) $\frac{10}{50}$
- e) $\frac{19}{31}$

51- As seguintes afirmações, todas elas verdadeiras, foram feitas sobre a ordem dos valores assumidos pelas variáveis X, Y, Z, W e Q: i) $X < Y$ e $X > Z$; ii) $X < W$ e $W < Y$ se e somente se $Y > Z$; iii) $Q \neq W$ se e somente se $Y = X$. Logo:

- a) $Y > W$ e $Y = X$
- b) $Q < Y$ e $Q > Z$
- c) $X = Q$
- d) $Y = Q$ e $Y > W$
- e) $W < Y$ e $W = Z$

52- Ao resolver um problema de matemática, Ana chegou à conclusão de que: $x = a$ e $x = p$, ou $x = e$. Contudo, sentindo-se insegura para concluir em definitivo a resposta do problema, Ana telefona para Beatriz, que lhe dá a seguinte informação: $x \neq e$. Assim, Ana corretamente conclui que:

- a) $x \neq a$ ou $x \neq e$
- b) $x = a$ ou $x = p$
- c) $x = a$ e $x = p$
- d) $x = a$ e $x \neq p$
- e) $x \neq a$ e $x \neq p$

Área para rascunho

FINANÇAS PÚBLICAS

53- Sobre a Escola Clássica (Liberalismo) é correto afirmar:

- a) trata-se de um sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, com o objetivo de proporcionar padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.
- b) admite, por princípio, que a ação do Estado deve restringir-se ao mínimo indispensável, como a defesa militar, a manutenção da ordem, a distribuição da justiça e pouco mais, pois a iniciativa privada faz melhor uso dos recursos públicos.
- c) deu-se a partir das décadas de 1980 e 1990, a reboque da crise fiscal, do início do processo de globalização da economia e da ineficiência do Estado na produção de bens e serviços.
- d) de caráter nacionalista e intervencionista, preconiza para o Estado uma política econômica e financeira fundada na maior posse de dinheiro e metais preciosos, acreditando que nisso reside a base da prosperidade.
- e) corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos social-democratas. Nos Estados Unidos, certos aspectos de seu desenvolvimento ocorreram, particularmente, no período de vigência do *New Deal*.

54- A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, compreende a seguinte função do Governo:

- a) Função Estabilizadora.
- b) Função Distributiva.
- c) Função Monetária.
- d) Função Desenvolvimentista.
- e) Função Alocativa.

55- Sob determinadas condições, os mercados privados não asseguram uma alocação eficiente de recursos. Em particular, na presença de externalidades e de bens públicos, os preços de mercado não refletem, de forma adequada, o problema da escolha em condições de escassez que permeia a questão econômica, abrindo espaço para a intervenção do governo na economia, de forma a restaurar as condições de eficiência no sentido de Pareto. Nesse contexto, é incorreto afirmar:

- a) externalidades ocorrem quando o consumo e/ou a produção de um determinado bem afetam os consumidores e/ou produtores, em outros mercados, e esses impactos não são considerados no preço de mercado do bem em questão.
- b) consumidores podem causar externalidades sobre produtores e vice-versa.

- c) a correção de externalidades, pelo governo, pode ser feita mediante tributação corretiva, no caso de externalidades positivas, ou aplicação de subsídios, no caso de externalidades negativas.
- d) um exemplo de bem público puro é o sistema de defesa nacional, cujo consumo se caracteriza por ser não-excludente e não-rival.
- e) falhas de mercado são fenômenos que impedem que a economia alcance o estado de bem-estar social, por meio do livre mercado, sem interferência do governo.

56- Assim entendida como a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos e aos gastos públicos, a política fiscal possui como objetivos, exceto:

- a) prestação de serviços públicos (atendimento de necessidades da comunidade).
- b) redistribuição de renda (bem-estar social).
- c) estabilização econômica, que corresponde ao controle da demanda agregada (C+I+G+X-Z) no curto prazo.
- d) promoção do desenvolvimento econômico, que corresponde ao estímulo da oferta agregada.
- e) controle da moeda nacional em relação a outras moedas.

57- No que se refere à tributação, o conceito de equidade remete à idéia de justiça social, ou seja, os indivíduos pagam mais ou menos tributos conforme suas características. Nesse contexto, é incorreto afirmar:

- a) o princípio do benefício defende que a carga tributária deve ser diretamente proporcional ao benefício que o agente aufera. De maneira simples, quanto maior for a utilidade atribuída ao bem público, maior será a propensão em pagar os tributos.
- b) verticalmente, os impostos podem ser progressivos quando a proporção de tributos sobre a renda aumenta à medida que a renda se eleva.
- c) a idéia de tributar, segundo a capacidade de contribuição, refere-se a tributar cada indivíduo de acordo com sua renda, mantendo o princípio da equidade.
- d) verticalmente, os impostos podem ser regressivos quando os contribuintes, com a mesma capacidade de pagamento, arcam com o mesmo ônus fiscal.
- e) existe equidade horizontal quando os indivíduos que possuem a mesma renda pagam a mesma quantidade de tributos. Por sua vez, existe equidade vertical quando quem ganha mais paga mais.

58- Do ponto de vista fiscal, o déficit público é medido a partir do Resultado Primário. Isso posto, é correto afirmar:

- a) o Resultado Primário corresponde à diferença entre receitas não-financeiras e despesas não-financeiras.
- b) entende-se por receita não-financeira: a receita orçamentária arrecadada, mais as operações de crédito, as receitas de privatização e as receitas provenientes de rendimentos de aplicações financeiras.
- c) entende-se por despesa não-financeira: a despesa total, aí incluídas aquelas com amortização e encargos da dívida interna e externa (amortização mais juros).
- d) do ponto de vista fiscal, ou pelo critério "acima da linha", ocorre déficit público quando o total das receitas não-financeiras é superior às despesas não-financeiras.
- e) nos casos em que o total das receitas próprias de um ente público (sem considerar empréstimos) é inferior às despesas realizadas, temos um superávit primário.

59- De acordo com o Manual Técnico do Orçamento, tanto na edição 2008 quanto na edição 2009 (1ª versão), sobre a classificação de receitas e despesas públicas é correto afirmar:

- a) receitas devem ser classificadas como Financeiras (F), quando seu valor é incluído na apuração do Resultado Primário no conceito acima da linha, ou Primárias (P), quando seu valor não é incluído nesse cálculo.
- b) a classificação funcional da despesa reflete a estrutura organizacional e administrativa governamental e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- c) as receitas não-financeiras são basicamente as provenientes de operações de crédito, de aplicações financeiras e de juros.
- d) despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, são classificadas como inversões financeiras.
- e) as receitas provenientes dos tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços são classificadas como primárias.

60- A Lei de Responsabilidade Fiscal, considerada um marco no federalismo fiscal no país, não apenas por ter objetivado melhor a gestão fiscal de todos os níveis de governo, mas, principalmente, por ter apontado para um novo padrão de responsabilização mútua entre a União e os governos das demais esferas, tem como principais pontos, exceto:

- a) limitação de gastos com pessoal, estabelecendo o quanto pode ser gasto por cada nível de governo em relação à receita líquida.
- b) obrigatoriedade de unificação dos orçamentos fiscais da União, Estados e Municípios.
- c) definição de metas fiscais anuais e exigência de apresentação de relatórios trimestrais de acompanhamento.

- d) estabelecimento de mecanismos de controle das finanças públicas em anos eleitorais.
- e) proibição de socorro financeiro entre os níveis de governo.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

61- Constitui evidência do princípio da unidade orçamentária:

- a) um orçamento que contenha todas as receitas e todas as despesas.
- b) um único orçamento é examinado, aprovado e homologado e ainda a existência de um caixa único e uma única contabilidade.
- c) a existência de um orçamento que abranja tanto a área fiscal como a área previdenciária e o investimento das estatais.
- d) uma lei orçamentária anual que não contenha matéria estranha ao orçamento.
- e) um orçamento que abranja os Três Poderes da União.

62- Assinale a opção falsa, em relação aos estágios da execução da Receita e da Despesa.

- a) A receita tributária é reconhecida, no patrimônio da entidade, no ato de lançamento, enquanto a despesa é reconhecida na emissão do empenho.
- b) A liquidação constitui o segundo estágio na realização da despesa pública e os efeitos no patrimônio ocorrem e são registrados nesse momento.
- c) Os efeitos patrimoniais (modificação da situação patrimonial) decorrentes da receita da Dívida Ativa ocorrem no momento da inscrição da dívida e não no recolhimento.
- d) Os tributos lançados podem ser registrados pela contabilidade, mesmo considerando que o regime contábil adotado para a receita é o de caixa.
- e) O cancelamento da liquidação da despesa corrente, relativa à prestação de serviços, traz efeitos na situação patrimonial da entidade.

63- Assinale a opção correta, a respeito dos créditos adicionais.

- a) Os créditos suplementares somente podem ser abertos em razão de excesso de arrecadação ou por cancelamento de créditos consignados na Lei Orçamentária Anual.
- b) Os créditos especiais podem ser reabertos no exercício seguinte pelos saldos remanescentes, caso o ato de autorização tenha sido promulgado nos últimos quatro meses do exercício.
- c) Na abertura de créditos extraordinários, a indicação da fonte dos recursos é dispensada, caso haja grave ameaça à ordem pública.
- d) Os créditos suplementares não necessitam de autorização legislativa para serem abertos, quando a abertura decorrer de calamidade pública.
- e) O cancelamento de restos a pagar é fonte para a abertura de créditos adicionais.

- 64- Constitui característica da Conta Única do Tesouro Nacional, exceto:
- a) a Guia da Previdência Social – GPS, que é um documento de movimentação da Conta Única.
 - b) em casos excepcionalmente autorizados, a movimentação da Conta Única pode ser realizada em agente financeiro que não seja o Banco do Brasil.
 - c) as Ordens Bancárias somente podem ser canceladas antes da remessa ao banco.
 - d) a Ordem Bancária de Cartão – é utilizada para registro de saque efetuado por detentor de Cartão Corporativo do Governo Federal.
 - e) as Ordens Bancárias de Movimentação da Conta Única são classificadas em Intra-Siafi e Externa ao Siafi.
- 65- Assinale a opção correta em relação às operações de descentralização de créditos e descentralização financeira, no âmbito federal.
- a) A movimentação financeira entre órgãos, em razão de prévia movimentação orçamentária, denomina-se cota de movimentação de limites recebidos.
 - b) A transferência financeira entre a Secretaria do Tesouro Nacional e os órgãos da administração pública federal obedece a programação definida na Lei Orçamentária Anual.
 - c) As transferências financeiras não modificam a situação patrimonial na unidade recebedora dos recursos, por constituir movimentação dentro da mesma entidade contábil.
 - d) Os recursos destinados ao pagamento de Restos a Pagar não Processados são previamente transferidos à unidade gestora e devem ser recebidos nesta antes da inscrição.
 - e) A movimentação de créditos entre as Unidades Gestoras do mesmo órgão é denominada provisão ou descentralização interna de crédito.
- 66- Segundo dispõe a Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as despesas de caráter continuado são as que têm a seguinte característica:
- a) são as despesas correntes e de capital definidas como necessárias à manutenção dos projetos criados no Plano Plurianual – PPA.
 - b) são as despesas correntes e de capital destinadas ao custeio da máquina administrativa decorrentes de determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
 - c) são os gastos relativos à implantação de programas e serviços decorrentes da reestruturação de órgãos do Estado.
 - d) são as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - e) são os gastos permanentes oriundos de determinação legal ou judicial e que devem ser pagos com recursos dos exercícios seguintes.
- 67- Segundo dispõe a Constituição Federal, os limites a serem obedecidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na aplicação da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino são:
- a) até dezoito por cento da receita tributária, no caso da União e até vinte e cinco por cento da receita de transferências, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - b) doze por cento no ensino fundamental e médio para todos os entes da federação.
 - c) vinte e cinco por cento da receita de impostos, no caso da União e dezoito por cento no caso dos demais entes.
 - d) vinte e dois por cento do Imposto de Renda, no caso da União, e vinte e cinco por cento no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios da receita tributária.
 - e) nunca menos de dezoito por cento, no caso da União, e vinte e cinco por cento, no mínimo, para os Estados, para o Distrito Federal e para os Municípios.
- 68- Assinale a opção falsa, a respeito da aplicação de recursos públicos mediante transferência voluntária.
- a) Quando o convênio ou contrato de repasse tiver vigência plurianual, os valores programados para os exercícios subsequentes devem ser registrados em conta contábil própria.
 - b) As contrapartidas financeiras devem ser depositadas na conta específica do convênio, em conformidade com o cronograma estabelecido.
 - c) Nas rescisões antecipadas dos convênios, os saldos remanescentes de recursos serão transferidos à entidade sucessora para conclusão do objeto avençado.
 - d) Caso a entidade concedente não disponha de infra-estrutura para controlar a execução do convênio, a transferência dos recursos para a realização de obra deverá ser realizada mediante contrato de repasse.
 - e) A celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos poderá ser precedida de chamamento público.

LEGISLAÇÃO APLICADA À STN

- 69- A coordenação, a consolidação e a supervisão da elaboração dos projetos da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade fiscal e de investimento das empresas estatais é, nos termos da Lei n. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, competência:
- das unidades responsáveis pelas atividades de orçamento.
 - das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento.
 - exclusiva de órgãos setoriais subordinados à Casa Civil da Presidência da República, vedando-se, no entanto, que esses órgãos proponham medidas que objetivem a consolidação das informações orçamentárias das diversas esferas do governo.
 - exclusiva de órgãos setoriais subordinados à Casa Civil da Presidência da República, vedando-se, no entanto, que esses órgãos estabeleçam classificações orçamentárias, tendo em vista inclusive necessidades de harmonização para planejamento em controle.
 - exclusiva de órgãos vinculados à Secretaria do Tesouro Nacional, vedando-se, no entanto, a realização de estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal.
- 70- O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal tem como órgão central a(o):
- Advocacia-Geral da União.
 - Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - Ministério da Fazenda.
 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
 - Tribunal de Contas da União.
- 71- Os representantes do Tesouro Nacional nos conselhos fiscais deverão ser, preferencialmente, nos termos da legislação de regência:
- servidores integrantes da carreira Finanças e Controle com exercício nas áreas de controle interno da entidade vinculada.
 - servidores integrantes da carreira Finanças e Controle que não estejam em exercício nas áreas de controle interno ou no ministério ou órgão equivalente ao qual a entidade esteja vinculada.
 - servidores integrantes da carreira Finanças e Controle com exercício há mais de três anos nas áreas de controle interno da entidade vinculada.
 - servidores da Secretaria do Tesouro Nacional, de quaisquer áreas de planejamento e de gestão, detentores de notórios conhecimentos jurídicos e contábeis.
 - servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de quaisquer áreas de planejamento e de gestão, detentores de notórios conhecimentos jurídicos e contábeis.
- 72- Identifique o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos da legislação aplicável.
- Secretaria Federal de Controle Interno.
 - Comissão de Coordenação de Controle Interno.
 - Secretaria do Tesouro Nacional.
 - Conselho Federal de Contabilidade.
 - Conselho Gestor do Plano de Contas Único da União.
- 73- Nos termos da Lei n. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, as unidades de gestão interna da Advocacia-Geral da União integram o Sistema de Contabilidade Federal na qualidade de
- unidades intervenientes de representação judicial.
 - unidades de apoio de representação extrajudicial.
 - unidades gestoras de representação judicial de órgão central.
 - órgão central.
 - órgão setorial.
- 74- No que se refere às atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, assinale a opção incorreta.
- Realização de tomadas de contas dos ordenadores de despesa, com exceção da auditoria de responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou ilegalidade que resulte dano ao erário.
 - Avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
 - Execução dos programas de governo.
 - Execução dos orçamentos da União.
 - Avaliação da gestão dos administradores públicos federais.
- 75- No que se refere às finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, assinale a opção incorreta.
- Formulação do planejamento estratégico nacional.
 - Formulação de planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - Formulação do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais.
 - Gerenciamento do processo de planejamento e do orçamento federal.
 - Promoção da articulação com os Estados e com o Distrito Federal, excluindo-se os Municípios, no que se refere à compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas.

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

76- Para Max Weber, burocracia é a organização eficiente por excelência. Ele destaca que este modelo possui características que lhe são próprias e inúmeras vantagens em relação a outras formas. Entretanto, suas disfunções fazem com que o conceito popular seja exatamente o inverso. Analise as opções a seguir e marque a resposta correta.

- i) A burocracia é baseada em características que têm como consequência a previsibilidade do comportamento humano e a padronização do desempenho dos participantes, cujo objetivo final é a máxima eficiência da organização.
 - ii) Weber viu inúmeras vantagens que justificam o avanço da burocracia sobre as demais formas de associação.
 - iii) A burocracia apresenta disfunções que têm como consequência a previsibilidade do funcionamento da organização.
 - iv) Weber entendia que as características da burocracia contribuíam, em parte, para a segurança dos processos organizacionais.
- a) Estão corretos os enunciados i, iii e iv.
 - b) Estão corretos os enunciados ii, iii e iv.
 - c) Estão corretos somente os enunciados i e iii.
 - d) Estão corretos somente os enunciados i e ii.
 - e) Todos os enunciados estão corretos.

77- O modelo atual de Administração Pública do Brasil enfrenta um grave problema: os servidores, quer sejam eles do nível gerencial ou não, têm a maior parte de seu tempo comprometida com atividades que são produtos do excesso de formalismo burocrático, o que faz com que percam de vista os objetivos das ações governamentais. A reversão deste quadro depende de uma mudança profunda na forma de administrar a coisa pública, cuja alternativa mais viável é a implantação de um novo modelo de gestão baseado nos conceitos da administração gerencial. Todos os enunciados a seguir são características da administração gerencial, exceto:

- a) suas decisões e ações são orientadas para os resultados.
- b) tem como foco as demandas dos clientes-usuários dos serviços públicos.
- c) pressupõe uma instituição orientada basicamente para processos e tarefas.
- d) suas ações são baseadas no planejamento permanente e executadas de forma descentralizada e transparente.
- e) pressupõe uma instituição com seus corpos diretivo e funcional comprometidos com a missão institucional.

78- De acordo com o Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, as atividades da Administração Pública obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- i) Ação governamental que visa promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional.
- ii) Atividade governamental responsável pela execução dos planos e programas de governo.
- iii) Princípio que, ao ser implementado, libera o órgão da Administração Federal das atividades de rotinas de execução de tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possa concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.
- iv) Trata-se de instrumento de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-se nas proximidades dos fatos, público-alvo ou problemas.
- v) Atividade da Administração Federal que deverá ser exercida em todos os níveis e órgãos, compreendendo, particularmente: chefia competente, órgãos próprios de cada sistema, com observância às normas e recursos (financeiros e bens).

Os princípios descritos nos enunciados anteriores correspondem, respectivamente, a:

- a) Controle, Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência.
- b) Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
- c) Coordenação, Controle, Planejamento, Descentralização e Delegação de Competência.
- d) Descentralização, Controle, Planejamento, Coordenação e Delegação de Competência.
- e) Delegação de Competência, Descentralização, Controle, Planejamento e Coordenação.

79- Segundo Bresser Pereira (2001), a reforma gerencial de 1995 não se baseou na discussão com os neoliberais sobre o grau de intervenção do Estado na economia, pois já havia um consenso sobre a inviabilidade do Estado mínimo e da necessidade de ação reguladora, corretora e estimuladora do Estado. O debate permeou três perguntas:

- I. Quais são as atividades do Estado?
- II. Que atividades, para as quais ainda não existe essa exclusividade, a sociedade e o Estado consideram necessário financiar (particularmente serviços sociais e científicos)?
- III. Quais as atividades empresariais, de produção de bens e serviços, para o mercado?

A essas três perguntas foi adicionado mais uma: Quais são as formas de propriedade ou de organização relevantes no capitalismo contemporâneo: apenas a propriedade privada e a estatal, ou haveria entre as duas uma terceira, a propriedade pública não-estatal, que assume cada vez maior importância nas sociedades contemporâneas?

A partir dessas perguntas e da dicotomia da administração burocrática/administração gerencial, foi possível construir o modelo da reforma baseado nos Estados modernos. Leia as assertivas a seguir e marque a opção correta.

- i) Assim, os Estados modernos contam com um setor de atividades exclusivas do Estado, dentro do qual estão o núcleo estratégico e as agências executivas ou reguladoras, no qual a propriedade será, por definição, estatal.
 - ii) Assim, os Estados modernos contam com um setor social e científico, de atividades que não são exclusivas, mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos envolvidos, exigem forte financiamento do Estado, no qual a propriedade deverá ser essencialmente pública não-estatal.
 - iii) Assim, os Estados modernos contam com um setor de produção de bens e serviços para o mercado, no qual a propriedade será privada.
 - iv) Assim, os Estados modernos contam com um setor de atividades exclusivas do Estado, dentro do qual estão o núcleo estratégico e as agências executivas ou reguladoras, no qual a propriedade será, por definição, pública não-estatal.
 - v) Assim, os Estados modernos contam com um setor social e científico, de atividades que não são exclusivas, mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos envolvidos, exigem forte financiamento do Estado, no qual a propriedade será, por definição, estatal.
- a) Estão corretas as assertivas i, ii e iv.
 - b) Estão corretas as assertivas i, ii e v.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas i e iii.
 - d) Estão corretas somente as assertivas i e ii.
 - e) Estão corretas as assertivas i, ii e iii.

80- As mudanças no plano mundial enterraram a era liberal e promoveram o Estado corporativo, voltado para estimular a cooperação entre o capital e o trabalho. De acordo com Camargo (2001), no Brasil, no final do séc. XX, criou-se um novo federalismo democrático trino (presente nos três níveis de governo), que nasceu com a Constituição Federal de 1988, como um novo tipo de federalismo cooperativo. São características desse tipo de federalismo, exceto:

- a) comprometido com parcerias entre os três níveis de governo.
- b) comprometido com a melhoria das políticas públicas no nível local.
- c) comprometido com a redução das desigualdades sociais.
- d) comprometido com as oligarquias e o fortalecimento da classe política.
- e) comprometido com o fortalecimento da sociedade civil e da cidadania.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br



Secretaria do Tesouro Nacional
www.tesouro.fazenda.gov.br